

Presidência do Exmo. Sr. Desembargador do Trabalho GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO, os Exmos. Srs. Desembargadores do Trabalho FAUSTO LUSTOSA NETO e MANOEL EDILSON CARDOSO, bem como o Exmo. Sr. Procurador Regional do Trabalho JOÃO BATISTA LUZARDO SOARES FILHO, representante do d. Ministério Público do Trabalho da 22ª Região; ausente a Exma. Sra. Desembargadora do Trabalho LIANA CHAIB (férias).

**Assinatura**

**FAUSTO LUSTOSA NETO**

**Relator**

**Declaração de Voto**

**Acórdão**

**Processo Nº RO-0001997-50.2015.5.22.0003**

Relator

**FAUSTO LUSTOSA NETO**

RECORRENTE	ANTONIO DA CRUZ ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	RENATO COELHO DE FARIAS(OAB: 3596/PI)
RECORRIDO	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE
ADVOGADO	SERGIO ALVES DE GOIS(OAB: 7278/PI)
ADVOGADO	VIRGINIA GOMES DE MOURA BARROS(OAB: 3551/PI)
ADVOGADO	AGLANIO FROTA MOURA CARVALHO(OAB: 8728/PI)
ADVOGADO	RICARDO JORGE DE OLIVEIRA PEREIRA(OAB: 9487/PI)
ADVOGADO	NAYANA REIS DE MOURA(OAB: 8074/PI)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho da 22ª Região - Procuradoria

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ANTONIO DA CRUZ ALVES DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

**Identificação**

**PROCESSO n. 0001997-50.2015.5.22.0003 (EDRO)**

**EMBARGANTE: ANTONIO DA CRUZ ALVES DOS SANTOS**

**Advogado: RENATO COELHO DE FARIAS**

**EMBARGADO: ACÓRDÃO DE ID. dd07d04**

**LITISCONSORTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Advogados: VIRGINIA GOMES DE MOURA BARROS, AGLANIO FROTA MOURA CARVALHO, RICARDO JORGE DE OLIVEIRA PEREIRA, SERGIO ALVES DE GOIS, NAYANA REIS DE MOURA**

**RELATOR: FAUSTO LUSTOSA NETO**

**Acórdão**

**ACORDAM** os Desembargadores da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por unanimidade, conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento, com modificação do acórdão embargado, para sanar a omissão relativamente à declaração de competência desta Justiça Especializada, acrescentando à decisão os fundamentos pertinentes, bem assim para acrescer à condenação a obrigação de a reclamada incluir o adicional de insalubridade na remuneração do reclamante, relativamente aos meses futuros e enquanto perdurar a situação de risco, providência a ser adotada após o trânsito em julgado da condenação.

Presentes na sessão ordinária da E. Segunda Turma de Julgamento, ocorrida no dia 07 de novembro de 2017, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador do Trabalho GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO, os Exmos. Srs. Desembargadores do Trabalho FAUSTO LUSTOSA NETO e MANOEL EDILSON CARDOSO, bem como o Exmo. Sr. Procurador Regional do Trabalho JOÃO BATISTA LUZARDO SOARES FILHO, representante do d. Ministério Público do Trabalho da 22ª Região; ausente a Exma. Sra. Desembargadora do Trabalho LIANA CHAIB (férias).

**Assinatura**

**FAUSTO LUSTOSA NETO**

**Relator**

**Declaração de Voto**

**Acórdão**

**Processo Nº RO-0001997-50.2015.5.22.0003**

Relator	FAUSTO LUSTOSA NETO
RECORRENTE	ANTONIO DA CRUZ ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO	RENATO COELHO DE FARIAS(OAB: 3596/PI)
RECORRIDO	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE
ADVOGADO	SERGIO ALVES DE GOIS(OAB: 7278/PI)
ADVOGADO	VIRGINIA GOMES DE MOURA BARROS(OAB: 3551/PI)
ADVOGADO	AGLANIO FROTA MOURA CARVALHO(OAB: 8728/PI)
ADVOGADO	RICARDO JORGE DE OLIVEIRA PEREIRA(OAB: 9487/PI)
ADVOGADO	NAYANA REIS DE MOURA(OAB: 8074/PI)
CUSTOS LEGIS	Ministério Público do Trabalho da 22ª Região - Procuradoria

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**Identificação**

**PROCESSO n. 0001997-50.2015.5.22.0003 (EDRO)**

**EMBARGANTE: ANTONIO DA CRUZ ALVES DOS SANTOS**

**Advogado: RENATO COELHO DE FARIAS**

**EMBARGADO: ACÓRDÃO DE ID. dd07d04**

**LITISCONSORTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Advogados: VIRGINIA GOMES DE MOURA BARROS, AGLANIO  
FROTA MOURA CARVALHO, RICARDO JORGE DE OLIVEIRA  
PEREIRA, SERGIO ALVES DE GOIS, NAYANA REIS DE MOURA**

**RELATOR: FAUSTO LUSTOSA NETO**

**Ementa**

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. VÍCIOS CARACTERIZADOS. ACRÉSCIMO DE OBRIGAÇÃO E FUNDAMENTOS, COM MODIFICAÇÃO DO JULGADO.

Existindo omissão do acórdão, viável é o manejo de embargos para suprir a deficiência. No caso, o recurso deve ser provido, com efeito modificativo, para acrescentar fundamentos acerca da competência desta Justiça Especializada para apreciar pedido atinente a adicional de insalubridade, independentemente do regime jurídico ao qual se submete o demandante (inteligência da Súmula 736 do STF), ademais de corrigir omissão relativa à inclusão do pagamento do adicional de insalubridade nas remunerações futuras do reclamante, enquanto submetido à condição insalubre.

**Relatório**

Embargos declaratórios do acórdão de id. 003dfcd, que conheceu do recurso ordinário e, no mérito, deu-lhe parcial provimento para condenar a reclamada a pagar ao reclamante o adicional de insalubridade no período laborado, inclusive com reflexos sobre gratificações natalinas, férias + 1/3, FGTS e RSR. Por fim, estabeleceu honorários advocatícios à base de 15%.

Provocado pelos embargos de declaração anteriores (de id. c77dc0b), este Regional, reconhecendo a existência de omissões no julgado, acolheu parcialmente a insurgência para esclarecer que o reclamante ocupa o cargo de assistente técnico administrativo, fazendo jus ao adicional de insalubridade de 20% a incidir sobre o